

LUGAR, SENTIMENTO E VIDA SOCIAL NO ESPAÇO PÚBLICO DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA: PRAÇA SETE DE SETEMBRO, BELO HORIZONTE-MG

Place, feeling and social life in the public space of contemporary metropolis: Square Seven of September, Belo Horizonte-MG

Mariza Ferreira da Silva
Universidade Federal do Paraná
marizzafs@hotmail.com

RESUMO: O artigo originou-se de resultados de pesquisa qualitativa de natureza epistemológica e empírica, a partir de análise exploratória de um dos espaços mais dinâmicos e polarizados das cidades metropolitanas – a praça – lugar de encontro, vínculo de passagem, trocas culturais e oferta de serviços. Tem como objetivo despertar a capacidade crítico-analítica para a complexidade, a diversidade e a riqueza de situações físicas, simbólicas, sensoriais e sociais presentes no espaço livre público das metrópoles contemporâneas. A metodologia aplicada possibilitou realizar visitas de campo com entrevistas informais e realização de técnicas de observação, interpretação e análise do recorte espacial: o espaço livre público da Praça Sete de Setembro, localizada no centro de Belo Horizonte, em Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. A abordagem multidisciplinar ofereceu elementos analíticos de percepção e compreensão do conceito de cidade metropolitana que vai além de um sistema de redes. Possibilitou ainda, verificar na condição urbana atual da referida cidade metropolitana, traços de contemporaneidade que a fizeram ultrapassar os limites territoriais de seu modelo original, planejado e modernista. O trabalho viabilizou a discussão teórica de vários autores e campos disciplinares, como forma de sustentação da apreensão crítica sobre as conquistas e reveses de nossa sociedade, no contexto espacial e sociocultural da área de estudo, que foi georreferenciada.

Palavras-chave: Cidade Metropolitana; Percepção Espacial; Espaço Público; Praça Sete de Setembro-BH; Georreferenciamento.

ABSTRACT: The article originated from the results of qualitative research of an epistemological and empirical nature, from an exploratory analysis of one of the most dynamic and polarized spaces in metropolitan cities - the square - meeting place, bond of passage, cultural exchanges and service offerings. It aims to awaken the critical-analytical capacity for the complexity, diversity and richness of physical, symbolic, sensory and social situations present in the public free space of contemporary metropolises. The applied methodology made it possible to carry out field visits with informal interviews and to carry out observation, interpretation and analysis of the spatial approach: the public free space of Praça Sete de Setembro, located in the center of Belo Horizonte, in Minas Gerais, Southeast region of Brazil. The multidisciplinary approach offered analytical elements of perception and understanding of the concept of metropolitan city that goes beyond a system of networks. It also made it possible to verify in the current urban condition of the said metropolitan city, contemporary traits that made it go beyond the territorial limits of its original, planned and modernist model. The work enabled the theoretical discussion of various authors and disciplinary fields, as a way of sustaining the critical apprehension about the achievements and setbacks of our society, in the spatial and socio-cultural context of the study area, which was georeferenced.

Keywords: Metropolitan City; Spatial perception; Public place; Praça Sete de Setembro-BH; Georeferencing.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo, apresentar resultados da análise espacial exploratória do espaço livre público da Praça Sete de Setembro, localizada no centro da metrópole belorizontina, em Minas Gerais. A partir de pesquisas epistemológicas com base em

discussões teórico-metodológicas de autores que analisam o espaço público da metrópole contemporânea, foi realizado o planejamento da pesquisa empírica com o objetivo de realizar visitas de campo e aplicação de técnicas de observação.

No decorrer das observações interativas foram realizadas entrevistas informais e registros descritivos com foco para a paisagem urbana (central e pericentral), tendo em vista a existência de um conjunto de praças idealizadas no planejamento estrutural-modernista da cidade, no final do século XIX.

Dando sequência aos procedimentos metodológicos de observação, realizou-se um levantamento de natureza físico-sensorial, cognitivo e de percepção social do ambiente *in loco* e a análise histórico-documental da cidade de Belo Horizonte. A metodologia aplicada deu origem ao georreferenciamento da área de estudo, mapeamento, acervo fotográfico e relatório-síntese.

A problemática em questão – espaço livre público da metrópole contemporânea – se justifica pelo fato de tornar possível a análise de discussões teórico-metodológicas de diversos autores que desenvolveram estudos de percepção do espaço urbano e da possibilidade de realizar visitas de campo para observação de categorias socioespaciais presentes no centro da metrópole. A partir da discussão dos autores analisados e das observações *in loco* (Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte), constatou-se que a dinâmica desse espaço público é multifuncional. A sua centralidade transcende o âmbito local e exerce influência no contexto regional.

Problematizar o estudo analítico-exploratório sobre o espaço público da metrópole em seu contexto histórico-geográfico contemporâneo é um desafio, tendo em vista a sua complexidade. Como prática de urbanismo e de urbanidade na esfera da cidade, na rua ou nas praças, o espaço público concebido como lugar de usos sociais e coletivos para o cidadão urbano pode estabelecer vínculos entre o público da cidade, por meio da prática de cidadania, convivência social igualitária, integração e intercâmbio cultural: “A cidade do desejo significa uma proposta de ampliação de direitos em uma entidade aberta, propiciadora de encontros de liberdade” como enfatizaram Borja e Muxi (2000).

A leitura crítica dessa realidade é a própria realidade presenciada e experienciada. Ou seja, o espaço vivido permite realizar experiências sensoriais, perceptivas e de cognição, resultantes do conhecimento de práticas de convivência e trocas culturais. Pode-se dizer que é a percepção da combinação entre o material e o imaterial. A demanda da cidade atual é a expressão dinâmica e relacional manifestada pelo movimento de pessoas em interação: moradores, comerciantes, transeuntes em geral, assim como todo o aparato físico.

As próprias edificações, o arruamento, os equipamentos urbanos com suas ofertas de serviço, a iluminação, o entretenimento são fatores primordiais no processo de redimensionamento da vida da cidade. A segurança, a vigilância e até mesmo a solidariedade possível à convivência pacífica, são aspectos relevantes para os usuários do espaço livre público, de interação conjunta.

A concepção dos usuários – definidos como aqueles que interagem com o lugar, seja para morar, trabalhar, estudar ou controlar os usos – é uma questão pertinente ao planejamento do espaço público. A experiência humana e o comportamento ambiental

são elementos fundamentais à análise do contexto social urbano nas metrópoles contemporâneas, tendo em vista a diversidade de usos e de grupos existentes.

Há critérios a serem observados pelos designers e planejadores, que interferem na relação entre o espaço e os usuários, nas dimensões comportamental e psicológica. Discernimento ético e político, observação da realidade em relação às fontes de recursos e às necessidades do planejamento dos espaços públicos, dão significado positivo ao “senso de lugar” e à justiça, permitindo acessos e comunicação entre diferentes tipos de pessoas, facilitando a interação. No entanto, conforme ressaltaram Borja e Muxi (2000), a gestão do espaço público na cidade contemporânea, exercida na sociedade de consumo globalizado, produziu o espaço mercantilizado, como esfera de segregação, exclusão e consumo, provocando a perda de identidade social e cultural.

Conseqüentemente, como avaliaram esses autores, houve a degradação e a deterioração do espaço público, tanto do ponto de vista físico, material e estético, quanto do ponto de vista psicológico, mudando a dinâmica da cidade com fortes impactos sobre o ambiente, como a sujeira, a poluição visual, o barulho, a proliferação de vias rápidas para um movimento inverso ao movimento social, onde o espaço de intercâmbio se dilui e se dispersa.

Sob essa perspectiva, a cidade atual, principalmente a metropolitana, é vista como espaço de exclusão pelo medo do crime, fazendo com que pessoas se afastem do resto da sociedade de convívio. Nesse período social de comunicação *on line* e acúmulo de redes sociais via internet, lugar de disseminação de novas tecnologias e formação do espaço virtual, o espaço, inclusive pessoal, tornou-se privatizado, de forte controle imagético e com grande teor de fiscalização.

A pesquisa realizada possibilitou a análise de autores que desenvolveram estudos relacionados à problemática do espaço público das metrópoles no mundo contemporâneo, a partir das ciências sociais e humanas: geografia urbana, geografia cultural fenomenológica da cognição e percepção, arquitetura, sociologia, antropologia social, psicologia ambiental e áreas correlatas.

As obras selecionadas para fundamentação do escopo teórico em questão foram escritas por Borja e Muxi (2000); Canevacci (2004); Carmona (2010); Certeau (2014); Duarte e Villanova (2013); Gehl (2009); Ghirardo (2002); Gomes (2012); Hall (2005); Jacobs (2014); Lynch (2014); Merleau-Ponty (2011); Pallasmaa (2011); Rapoport (1990); Sarlo (2014); Schafer (2011); Tuan (1980).

As obras de Angotti-Salgueiro (1997), Aguiar (2006, 2012), Gomes (2005, 2017), Rabêlo (2013), Teixeira (2014) foram fundamentais para a realização do levantamento histórico-geográfico. Para o conhecimento da história documental da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas (17.02.1894 – 03.01.1898), o Inventário Analítico (Acervo Acumulado Pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte), instrumento de pesquisa elaborado pelos técnicos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) em 1996 e revisado em 1999, foi imprescindível.

A Secretaria Municipal de Cultura, o Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), o Arquivo Público Mineiro (APM) e a Secretaria do Estado da Cultura, instituições relevantes

para a democratização do acesso digital, possibilitaram a consulta virtual aos acervos documentais disponibilizados na internet.

Para atender o objetivo proposto do presente artigo, o texto foi organizado em três eixos temáticos analisados após a introdução e a descrição metodológica: a) eixo teórico-metodológico, com base na discussão de autores que analisam o conceito de cidade em relação ao espaço público livre da metrópole contemporânea, numa abordagem multidisciplinar; b) eixo histórico-geográfico documental, com base em obras de autores que analisaram o legado histórico modernista estrutural e planejado da cidade de Belo Horizonte e o processo de transição rural-urbano, de arraial à metrópole; c) eixo relacionado à percepção da cidade, a partir da observação de usos, ocupação e apropriação do espaço livre público da Praça Sete-BH. Antes das considerações finais é apresentada a discussão dos resultados.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa de natureza qualitativa baseou-se em métodos qualitativos de Alami, Desjeux e Garabua-Moussaoui (2010). De acordo com esses autores, esses métodos são exploratórios de um fenômeno social emergente. Por estar mais próxima do campo e dos atores a pesquisa qualitativa tem o papel de revelar fatos, sinais tênues, mecanismos sociais que passariam despercebidos na abordagem quantitativa. Uma nova tecnologia, um novo costume, um imaginário societário (ALAMI; DESJEUX; GARABUAU-MOUSSAOUI, 2010, p. 19).

As técnicas e métodos utilizados no diagnóstico do lugar e na análise da condição urbana de apropriação de usos dos espaços livres públicos fundamentaram-se em aportes teóricos da psicologia ambiental. Nessa perspectiva, “apropriação é um processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (CAVALCANTE; ELIAS, 2011, p. 63).

Para melhor caracterizar o comportamento das pessoas em lugares públicos, a obra *Comportamento em Lugares Públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos* publicada por Goffman (2010) foi o instrumento-guia. Nessa obra, o autor analisou a realidade social, observando o comportamento coletivo para estudar o tráfego humano ordinário e a formação de padrões de contatos sociais.

Quando se observa os fluxos pacíficos do tráfego humano, verifica-se que há um movimento de “turba” ou “onda” que, se expande e se eleva. Mas também, se esvai, dando origem a espaços cheios e espaços vazios. Esses espaços são momentâneos e formam uma paisagem humana que se realça em relação aos equipamentos materiais. A sensação é de um movimento de frequência variada. Nos ritos de passagem e nos ajuntamentos humanos, é possível verificar ainda, regras de condutas que se estabelecem e que nos dizem muito sobre formas difusas de organização social. O comportamento coletivo em protestos, multidões, situações pacíficas ou de conflitos, em momentos de pânico são exemplos concretos de reações sociais, como se verifica na análise de Goffman (2010).

Sob a ótica da percepção sensorial e reconhecimento da subjetividade da cidade, a abordagem metodológica de integração dos sentidos teve como referência as

reflexões de Pallasmaa (2011). De acordo com esse autor, o tato é o elemento que estimula o entrelaçamento entre eles, transcendendo a questão polêmica da hegemonia da visão, em projetos e planejamentos de arquitetura que influenciam a forma de pensar, ensinar e fazer crítica em relação às qualidades sensoriais das artes e da própria arquitetura.

Em sua análise, Pallasmaa (2011) descreveu que o predomínio do sentido de visão, na concepção da cidade provoca um distanciamento e uma alienação em relação ao contato com o mundo e inibe a percepção sensorial que envolve um entrelaçamento de todos os demais sentidos. Essa separação reduz e restringe a experiência do mundo à esfera da visão, fragmentando a complexidade, a globalidade e a plasticidade inatas do sistema perceptivo e reforçando ainda mais o distanciamento.

Com efeito, a experiência multissensorial, articulada por uma interação constante entre a visão e os demais atos sensoriais é imprescindível no ato da percepção e na esfera da ação de mudanças sociais e culturais. É sem dúvida, uma alternativa a mais, para as pesquisas científicas qualitativas, pois não exclui o ser em suas dimensões psicológica, emocional, social.

Em síntese, a metodologia possibilitou o entrelaçamento de métodos, numa visão integrada de conhecimento científico, teórico e empírico. Os procedimentos de métodos foram executados com ações preliminarmente planejadas e executadas em três etapas:

- a) Planejamento das pesquisas teórica e empírica, com o objetivo de definir o recorte espacial – amostra de trabalho prático de observação, representação e interpretação analítica, visando o aprofundamento teórico. Com base em discussões teórico-metodológicas de autores que analisam o espaço público das metrópoles contemporâneas e abordagens multidisciplinares, foram realizadas visitas de campo e entrevistas informais com alguns usuários da praça, presentes *in loco*.
- b) Levantamento histórico-documental e cartográfico da metrópole belorizontina e do recorte espacial de estudo – Praça Sete de Setembro – com o objetivo de realizar análise espacial exploratória e intensificar leituras relacionadas aos aspectos histórico-geográficos da cidade de Belo Horizonte.
- c) Georreferenciamento da área de estudo nos contextos local e regional. Para melhor visualização aérea do espaço em estudo, foram utilizadas imagens do Google Earth e ferramentas do Google Map, disponibilizadas na internet, para a confecção de produto cartográfico.

A obra *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty (2011) foi imprescindível para compreender o cotidiano do espaço público observado, a partir de sua práxis, em relação à subjetividade dos sujeitos e à objetividade técnica dos objetos construídos presentes no contexto espacial do território e de seus atores sociais. Na visão desse filósofo, “a aquisição mais importante da fenomenologia foi sem dúvida ter unido o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção do mundo ou da racionalidade” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 18).

Conforme ressaltou, a racionalidade é exatamente proporcional às experiências nas quais ela se revela. Ou seja:

As perspectivas se confrontam, as percepções se confirmam, um sentido aparece. Mas ele não deve ser posto à parte, transformado em Espírito absoluto ou em mundo no sentido realista. O mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção de minhas experiências e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, pela engrenagem de umas nas outras; ele é, portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas, em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha. [...] Pensar o mundo, ou o outro e a si mesmo, e conceber suas relações. [...] o mundo fenomenológico não é a explicitação de um ser prévio, mas a fundação do ser (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 18-19).

Perceber o lugar e a vida social por meio dos sentimentos, ao estar nele, requer o desafio do distanciamento mesmo estando presente, para compreendê-lo melhor. Pois, todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. Sob essa perspectiva, a ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 3).

As obras *Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente e Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*, de Tuan (1980; 1983[1977]) foram referências analíticas fundamentais nos estudos de percepção.

Com o objetivo de registrar aspectos relevantes da vida cotidiana e da constituição da esfera pública da praça analisada e espaços adjacentes, foram realizadas visitas de campo para os estudos de percepção e observação do comportamento dos usuários, a partir de questões problematizadoras que nortearam o trabalho empírico qualitativo e referências analíticas de autores que contribuíram com as noções de percepção do espaço em seus estudos (Quadro 1).

Especificamente, após o levantamento referente ao uso, ocupação ou apropriação do espaço pelas pessoas foram avaliados os elementos físicos no interior da Praça Sete de Setembro e suas adjacências, bem como vias de acesso (entrada e saída) do micro sistema urbano. Foi possível verificar a multifuncionalidade da praça e a importância de sua centralidade.

Quadro 1 – Questões Problematizadoras da Percepção do Espaço

Questões Problematizadoras	Referência Analítica	Técnicas Aplicadas
Qual a rotina das pessoas no espaço público? Como se dá o dia-a-dia dos usos e apropriações? Os espaços são humanizados?	Gehl (2009) Merleau-Ponty (2011)	Caminhadas com paradas de observação Observação direta participante Entrevistas informais

Quais as atividades “necessárias” (indispensáveis para o indivíduo) “opcionais” (eleitas pelo indivíduo) e “sociais” (com presença de grupos de pessoas)?	Gehl (2009) Goffman (2010)	Observação direta à distância Observação direta participante
Quais os esquemas padronizados e os particulares do espaço observado? Existe um modo específico/particular de se usar/ocupar/apropriar, uma “atitude” uma postura cultural?	Tuan (1980) Tuan (1983 [1977])	Caminhadas com paradas de observação
Existe uma qualidade humana facilitadora da esfera pública? Qual seria o “ritmo da vida social” nestes espaços?	Canevacci (2004)	Observação direta à distância Caminhadas com paradas de observação
Quais as atividades estáticas e as dinâmicas mais comuns dos pedestres?	Rapoport (1990)	Observação indireta Caminhadas com paradas de observação

Fonte: Elaboração de Mariza Ferreira da Silva (2020)

ESPAÇO LIVRE PÚBLICO DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

Entende-se que o espaço livre público apresenta-se como elemento essencial do espaço urbano na cidade ocidental, a ponto de ser impossível imaginá-la sem a sua existência. No entanto, as condições de sua distribuição pelo território e, sobretudo, a sua conformação física podem ser consideradas como uma marca distintiva de cada cidade, ou região da cidade, fatos que incidem diretamente em sua assunção pela sociedade, como esclareceu Rosaneli (2015), ao tratar de temas relevantes sobre o espaço público da metrópole contemporânea.

Borja e Muxi (2000) analisaram o espaço público definindo-o como “a representação em que a sociedade se faz visível”. É a partir desse espaço que se pode “relatar, compreender a história de uma cidade” (BORJA; MUXI, 2000, p. 7). Nesse sentido, o espaço público é a cidade, pois a história da cidade é a de seu espaço público. As relações entre os habitantes e entre o poder e a cidadania se materializam, se expressam na conformação das ruas, nas praças, nos parques, nos lugares de encontro do cidadão, nos monumentos.

Os atos de cidadania só são possíveis no espaço público. Por ser um espaço potencial, de uso coletivo, dá sentido ao âmbito físico da expressão coletiva e da diversidade social e cultural. O espaço público é há um tempo o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É um espaço físico, simbólico e político (BORJA; MUXI, 2000, p. 7-8).

Carmona (2010, p. 144) problematizou o espaço público contemporâneo a partir de críticas e classificações de diferentes tipos de espaço público, tendo em vista a complexidade da sociedade, que, analisada por diversos autores, tende a refletir a fragmentação socioeconômica e cultural.

De acordo com Gomes (2014), fisicamente, o espaço público – o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço – onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa, deve ter uma norma respeitada

e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convive. Ou seja, “as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas” (GOMES, 2014, p. 162).

Conforme ressaltou esse autor, essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Por isso esse espaço é o *locus* da lei.

O espaço público, na concepção de Gomes (2014, p. 162) é “o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade”. O lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos e reafirma o estatuto público no exercício da arte da convivência.

Em sua dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada – o espaço público, que paradoxalmente, também é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas, sobretudo, é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogo; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social (GOMES, 2014, p. 164).

Todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. Por meio desses lugares de encontro e comunicação produz-se uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população, como ressaltou Gomes (2014, p. 164).

A cidade percebida como espaço público, está vinculada ao exercício da cidadania e ao sentimento histórico de direito e de pertencimento, em suas dimensões reais e imaginárias. Como lugar de encontro, de inovação e prática da liberdade individual e coletiva, pública e ao mesmo tempo privada, a cidade se materializa como espaço de proteção, aconchego e qualidade de vida humana e urbana. Desvendar os desdobramentos possíveis da cidade – da objetivação formal ao sensível objetivo, do programado ao espontâneo, consiste num convite à multiplicação de olhares e noções de ambiência entre o que é materializado, vivido ou percebido, como sugeriram Duarte e Villanova (2013, p. 13).

Certeau (2014, p. 184) delimitou um campo fazendo uma distinção entre espaço e lugar:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros cada um, situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é, portanto uma configuração espontânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a

funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 2014, p. 184).

Na concepção desse autor, diversamente do lugar, o espaço não tem nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. “O espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito”, como analisou Certeau (2014, p. 184).

Em uma visão geopolítica espacial e cultural, Gomes (2014, p. 123) problematizou a condição urbana da cidade, estabelecendo vínculo entre cultura e espaço e considerando a geografia como ciência interpretativa, cujas matrizes podem interpretar vários comportamentos territoriais e relacionais nas imprevisíveis trocas diárias impostas pelo cotidiano metropolitano.

A cidade dos indivíduos de interesses racionais e lógicos, do consumo e da produção em massa, superpõe-se à cidade dos grupos de afinidade, das tribos. Ela é o espaço do discurso geral e inteligível, o espaço das trocas, o espaço político por excelência e ainda, o espaço das compartimentações, das pequenas comunidades, das lutas por um território de reconhecimento e da heterogeneidade de valores (GOMES, 2014, p. 124). Sua constituição é sempre dinâmica, e os significados das marcas espaciais não são jamais possíveis de ser aprisionados dentro de um único significado. A cidade é:

Uma máquina de transformar matéria em símbolos. A ideia de uma “floresta de signos” também já foi bastante utilizada para falar da cidade, mas continua a ser boa no sentido de que indica uma multiplicidade semiológica, universo de caos e da ordem, da transformação infinita, da polifonia e da variedade de interpretações. O espaço é assim uma construção social, mas nem por isso pode ser objeto de uma interpretação tirânica e fixista, dado o seu caráter mutável e transformador (GOMES, 2014, p. 124-125).

Canevacci (2004), assim como Gomes (2014), também falou de polifonia ao propor uma nova visão antropológica para a compreensão da comunicação urbana nas grandes metrópoles. Para Canevacci (2004, p. 17), “cidade polifônica – significa que a cidade em geral e a comunicação urbana em particular comparam-se a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam”.

Por essa ótica, Schafer (2011, p. 112-113) compara os sons da orquestra universal, infinitamente variados ao universo de ritmos e à vibração do ar, em qualquer coisa que se mova. Tendo em vista a mobilidade e a dinâmica da cidade, pode-se dizer, que a escuta na percepção da paisagem sonora urbana tem papel preponderante no exercício de exploração de sonoridades. Os elementos móveis de uma cidade, em especial as pessoas e suas atividades são tão importantes, quanto, as partes físicas, estacionárias, conforme declarou Lynch (2014).

No entanto, como advertiu o autor, não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele, ao compartilharmos o mesmo palco com outros participantes. Na maioria das vezes, “nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles” (LYNCH, 2014, p. 2).

Alex (2011) fala em “Projeto da Praça”, do convívio e da exclusão no espaço público. A praça em sua origem latina caracteriza-se como espaço de encontro e convívio, urbano por natureza. Na visão desse autor, o espaço se conforma por várias aberturas no tecido urbano “que direcionam naturalmente os mais diversos fluxos em busca dos, também, mais diversos usos, que imprimem a esse espaço, o caráter de lugar e ponto central de manifestação da vida pública. É, em sentido amplo, o espaço para a troca” (ALEX, 2011, p. 10).

No sentido analisado por Alex (2011) a praça em nossa cultura:

Vincula-se ao conceito de espaço público, acessível a todos os indivíduos, moradores ou visitantes capazes de interagir livremente na mesma base, independentemente de sua condição social. A localização da praça na cidade, sua permeabilidade como acesso, a impressão que irradia e a atmosfera de seu interior, que convidam a adentrá-la, amplificam sua condição de espaço público. Outras características desse espaço público referem-se à multiplicidade de usos urbanos que ela admite: o comércio, os serviços, o encontro, o lazer, o descanso ou, simplesmente, o estar que imprime ao indivíduo a condição de *flâneur*, como definido por Walter Benjamin¹. Para ele, o *flâneur* sente-se em casa entre as fachadas das cidades tanto quanto um cidadão entre quatro paredes (ALEX, 2011, p. 10).

Além da multiplicidade de usos urbanos, como descreveu Alex (2011), “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados” (LYNCH, 2014, p. 1). Já no início de sua descrição em *A Imagem da Cidade*, Lynch (2014) afirmou que olhar para as cidades pode dar um prazer especial, por mais comum que seja o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo.

A cidade, como analisou esse autor, não é apenas um objeto percebido (e talvez, desfrutado) por milhões de pessoas de classes sociais e características extremamente diversas, mas também o produto de muitos construtores que, por razões próprias, nunca deixam de modificar sua estrutura. Mesmo sendo estável por algum tempo, em linhas gerais, a cidade se modifica nos detalhes, pois só um controle parcial pode ser exercido sobre seu crescimento e sua forma. Não há resultado final, mas uma contínua sucessão de fases. “Não admira, portanto, que a arte de dar formas às cidades para o prazer dos sentidos seja bastante diversa da arquitetura, da música e da literatura. Ela tem muito a aprender com essas outras, mas não pode imitá-las” (LYNCH, 2014, p. 2).

Ghirardo (2002) lembrou como o espaço urbano foi conceituado no Ocidente pós-iluminista como: “o lugar onde classes e indivíduos diversos se misturam livremente, sem restrição ou controle visível” (GHIRARDO, 2002, p. 121). No entanto, onde as discussões políticas poderiam acontecer há exclusão estratégica de determinados grupos sociais. Sarlo (2014) apresentou sua visão de cidade, a partir das mercadorias

¹ Walter Benjamin, *Charles Baudelaire: a Lyric Poet in an Era of High Capitalism*, apud Stuart Durant, “Arcades: the History of a Building Type”, em *Book Review: Architectural Design*, v. 53, nº 9/10, 1983. [Conforme citação descrita por Alex (2011, p. 10), em nota de rodapé].

e da cultura urbana. Analisou sob a perspectiva de itinerários dois espaços diferentes, mas que se entrecruzam: a cidade real e as cidades imaginadas.

A dimensão oculta foi o tema escolhido por Hall (2005), ao falar da percepção do espaço e ao tentar transmitir uma mensagem básica sobre a natureza do homem e seu relacionamento com seu ambiente, pois como analisado por ele, existe a necessidade imperiosa de que revisemos e ampliemos nossa visão da situação humana. É necessário “que sejamos mais abrangentes e mais realistas, no que diz respeito não somente aos outros, mas também a nós mesmos”. É essencial, aprendermos “a interpretar as comunicações silenciosas com a mesma facilidade com que interpretamos as impressas e faladas” (HALL, 2005, p. 7-8).

A partir da realidade social, Goffman (2010) analisou o comportamento das pessoas em lugares públicos e semipúblicos. Observou o comportamento coletivo, estudou o tráfego humano ordinário e constatou a formação de padrões de contatos sociais. Em sua análise, verificou que os ajuntamentos de qualquer comunidade em lugares públicos, dizem muito sobre formas difusas de organização social.

As cidades são locais dinâmicos, de manejos complexos, diversos, diferenciados e combinados. Os usos das ruas e calçadas das cidades estão muito além de comportar veículos ou pedestres. Estão relacionados à circulação, ao movimento, à interação, ao ponto de contato e garantem a própria segurança, pelo fato de haver olhos de sobra na rua, como diz Jacobs (2011).

Esse efeito conjugado nas ruas e nas calçadas agem como elementos de força e resistência à violência. Olhar para as grandes cidades é observá-las e interpretá-las, a partir do lugar de onde se está, constatando-se que são cada vez mais polifuncionais, por estarem inseridas no contexto globalizado e globalizante, do cenário mundial.

Nesse contexto analítico, além de Jacobs e outros autores, Rapoport (1990) destacou em sua discussão, o significado do ambiente construído em uma abordagem de comunicação não verbal e Gehl (2009) problematizou o sentido da vida entre os edifícios e a humanização do espaço urbano.

O espaço público da cidade pode ser compreendido como o principal espaço de urbanismo: de disseminação da cultura urbana e da prática da cidadania em um espaço físico, simbólico e político. No entanto, a complexidade da cidade atual, multifuncional, especializada e segmentada, cada vez mais setorizada, dispersa e informacional pode ser considerada também, um fator excludente. A cidade pode se tornar vítima de segregação social, numa esfera real e simbólica de percepção negativa, gerando uma desqualificação do espaço público, provocando sentimentos de estranhamento e impedindo a prática de cidadania e de justiça social, como sugeriram Borja e Muxí (2000).

Apesar disso, torna-se necessário ressignificar os espaços livres públicos, na tentativa de combinar o modo de vida urbano proveniente de lugares diversos, originários de culturas, ideologias e costumes diferentes visando o bem-estar comum. Nessa perspectiva, é possível reconhecer os espaços livres dos espaços públicos como lugares de pertencimento a todos os grupos sociais e como lugar de troca de interesses culturais, políticos e econômicos, na esfera global da sociedade atual. Com

certeza, a cidade é o espaço onde se manifesta o fenômeno urbano em todas as suas dimensões e possibilidades de encontro. O conceito de cidade se apoia no conceito de cidadania e participação cidadã (BORJA; MUXÍ, 2000, p. 72).

Na convicção de Aguiar (2006, p. 19) o espaço físico em si não configura o lugar. Este está na dependência não apenas do espaço, material e concreto, mas, principalmente da rede de relações sociais e de significados que se estabelece sobre o próprio espaço. Contudo, se é certo que o estudo da cidade não pode ser apenas um estudo morfológico, é também certo que a organização espacial tem um papel na instauração da vida urbana e nas suas eventuais mudanças, como enfatizou esse autor. É possível dizer, ainda, que o território e a cidade passam de objeto de representação e observação a objeto de intervenção direta, pois há correspondências possíveis entre a leitura do território e o planejamento urbano, a partir das formas da experiência vivida pelo planejador, como ressaltou Salgueiro (1997). Essa autora se refere à atuação de Aarão Reis, engenheiro da Politécnica no Brasil do século XIX que chefiou a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) de Minas Gerais.

Ao analisar o discurso de Aarão Reis e desenvolver um estudo global dos saberes do engenheiro, aplicados ao espaço e à cidade, Salgueiro (1997, p. 150) buscou referências implícitas e explícitas no *Relatório da Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital*, para o reconhecimento dos termos e dos modelos da racionalidade que o caracterizaram. O planejamento urbano da Cidade de Minas (Belo Horizonte) partiu da leitura do território.

Belo Horizonte é uma cidade planejada que foi edificada em fins do século XIX, “com o advento da República no Brasil”. Foi concebida como “um espaço urbano representativo da modernidade”, conforme afirmou Gomes (2017).

DO LEGADO MODERNISTA À CONTEMPORANEIDADE: BELO HORIZONTE-MG

“Segundo a racionalidade técnica e os cálculos políticos, a cidade foi planejada sobre o território em que, desde o início do século XVIII, se assentava o arraial de Belo Horizonte, denominado, até 1890, Curral d’El Rei” (AGUIAR, 2012, p. 2). Construir a nova cidade:

Implicou destruir o velho arraial e expulsar a população local, substituída por novos moradores, oriundos de Ouro Preto e de outras regiões mineiras e brasileiras, bem como imigrantes europeus. Ao destruir esse arraial, o projeto político da nova capital evidenciou sua inserção em uma modernização regional excludente e desatenta à comunidade há muito assentada no local selecionado para a nova cidade. [...] Hoje, Belo Horizonte está distante da imagem idealizada no plano da nova capital. Cresceu, mas de modo confuso e caótico. Tornou-se centro do estado, com papel relevante no desenvolvimento econômico e social de Minas. Seu crescimento, porém, apenas teria acirrado desigualdades que o projeto da nova capital pretendia superar (AGUIAR, 2012, p. 2).

No relato histórico de Aguiar (2012, p. 4), a partir de 12 de dezembro de 1897², “Cidade de Minas foi nome da capital do estado. Denominação que nunca agradou ao povo,

² 12 de dezembro de 1897 – data de inauguração da capital de Minas Gerais.

tanto que em agosto de 1901 a nova cidade passou a ter o nome do arraial desaparecido alguns anos antes: Belo Horizonte”. Desse modo, a área destinada à Cidade de Minas nada mais era que o arraial de Belo Horizonte e seu entorno: território de aproximadamente 51 Km² demarcado pela CCNC para abrigar futuramente uma população estimada em 200.000 habitantes. “Com pouco mais de 40 anos, a cidade ultrapassava o número de 200 mil habitantes, que era a projeção de seus construtores” (RABÊLO, 2013, p. 77).

De acordo com esse autor, “ao iniciar-se o período de 1921-1940, que marcaria a fase de consolidação, Belo Horizonte atravessava um período de acentuado crescimento, já dispondo dos serviços urbanos essenciais, embora ainda com muitas limitações” (RABÊLO, 2013, p. 75). Ao final desse ciclo de duas décadas de transformações, chegou ao ano de 1940 como a primeira cidade do Estado em população (214.307 habitantes) e sua mais importante e influente concentração urbana. (RABÊLO, 2013, p. 77).

Oitenta anos depois, pós 1940, a estimativa de população realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Belo Horizonte contava com “2.521.564 pessoas” (IBGE, 2020). Os dados recentes demonstram que essa metrópole contemporânea é bem diferente da cidade modernista planejada, das primeiras décadas. O crescimento de Belo Horizonte, no entanto:

Deu continuidade a sua zona anônima – a zona suburbana – e foi progressivamente alimentando uma estética diversa das belezas arquitetônicas da zona urbana. Se esta foi desenhada para ser a alma da cidade, essa alma com certeza reencarnou na imprevisibilidade da gigantesca zona suburbana que é a Belo Horizonte que nós temos hoje. Ao contrário do que possa parecer, toda a periferia, toda a massa suburbana que se multiplicou como jamais imaginaria Aarão, não é mais a parte maldita e ignorável da cidade. Antes uma zona de expansão, agora ela é a cidade (TEIXEIRA, 1999, p. 121).

Depois de décadas de crescimento seguindo o modelo oposto ao “do centro à periferia”, previsto por Aarão, o Centro entra em colapso. Satura-se, torna-se obeso, impróprio para desempenhar as finalidades a que se propunha. Seu excesso de centralidade torna-o passagem obrigatória para quem quer cruzar a cidade, o que o faz corredor de trânsito. As ruas do Centro ficam pequenas para a vazão de carros e ônibus que chegam de todos os bairros. A arquitetura decai. O centro entope (TEIXEIRA, 1999, p. 125).

Belo Horizonte, que já foi arraial e se transformou em metrópole, tornou-se densamente povoada. O centro verticalizado da metrópole contemporânea, capital de Minas Gerais, pode ser observado na figura 1, onde se destaca a localização da Praça Sete de Setembro, caracterizado como espaço público da metrópole contemporânea, objeto principal de análise.

A vegetação urbana que fora abundante na época da inauguração da cidade, atualmente é quase inexistente. Há presença de pouquíssimas árvores. No centro da cidade há uma impossibilidade da convivência de árvores e jardins. Essa é uma característica da área central de Belo Horizonte, com a presença de prédios muito altos, constituindo-se como uma “selva de pedra”, formando a barreira que impede a circulação de ar, além da poluição atmosférica ocasionada pelo tráfego intenso de

veículos. A destruição do arraial, a alteração do terreno ondulado original, o descaso com a hidrografia no processo de implantação da cidade, o adensamento urbano e seus impactos ambientais são fatores preponderantes a considerar. No entanto, há o Parque Municipal que, apesar de sua descaracterização natural, ainda apresenta abundância de árvores. Por estar localizado bem próximo da praça analisada permite a sensação de conforto ambiental.

De acordo com a descrição de Teixeira (1999, p. 70), “no antigo Curral del Rey havia ribeirões, morros, resquícios da floresta tropical e uma serra que dificultavam a implantação de traçado rígido. Aarão, apesar disso, preferiu superpor sua malha do que a render-se aos caprichos da natureza”, que:

Na verdade, ele decidiu implantar duas malhas. Traçada a malha principal, a das ruas, outra mais aberta foi sobreposta em 45°, formando uma dupla trama ortogonal com ruas definidas por quarteirões quadrados e avenidas largas que evitariam percursos em ziguezague e articulariam o sistema viário com mais rapidez. Apenas uma dessas avenidas, central e mais larga, foi diferenciada para ser o “centro obrigado” da cidade, estruturador econômico e definidor do eixo norte-sul. Esta, a Avenida Afonso Pena, não por acaso segue uma curva de nível mais ou menos reta dentro da zona urbana e foi pensada enquanto um eixo em perspectiva ligando a parte mais baixa à mais alta da cidade, do rio à montanha, partindo do ribeirão Arrudas e culminando no sopé da Serra do Curral (TEIXEIRA, 1999, p.70-71).

Sobre o alinhamento da Avenida Afonso Pena, que se tornou “mestra”, se traçou as demais ruas, com as exatidões meticulosas de um trabalho científico. Na planta geral, apresentada na escala de 1: 10.000:

A ênfase estética concentra-se na zona urbana e no detalhamento de projetos paisagísticos de parques e praças. A rede hidrográfica, importante fator na escolha do sítio da cidade, foi representada, contudo ignorada: a zona urbana era definida por uma malha em xadrez cuja função seria tornar continuamente homogêneo um sítio que, como qualquer outro em Minas Gerais, era continuamente heterogêneo (TEIXEIRA, 1999, p. 70).

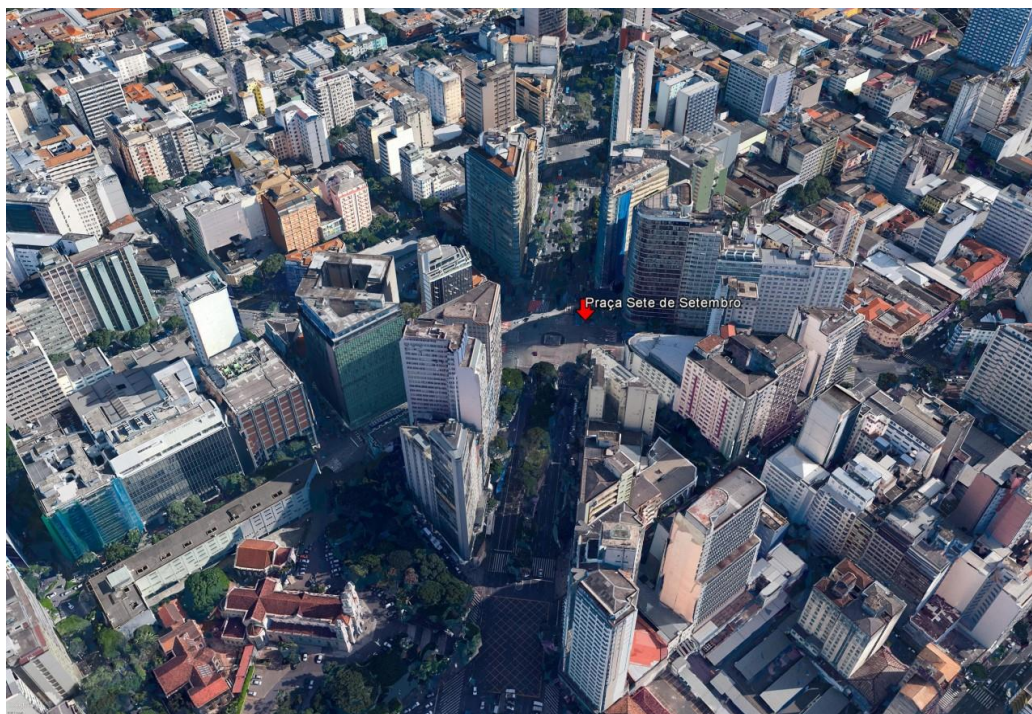


Figura 1: Praça Sete de Setembro – Centro de Belo Horizonte-MG
Fonte: Imagem Extraída do Google Earth (2015)

As ruas transversais, assim como as duas avenidas perpendiculares que formam o cruzamento central, fazem parte da “Planta Geral³ da Cidade de Minas”, organizada sobre a “Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral” do Arraial Belo Horizonte e apresentada pela Comissão Construtora da Nova Capital, sob a direção do Engenheiro Civil Aarão Reis. A Planta Geral foi aprovada pelo Decreto N° 817, de 15 de abril de 1895. Na referida planta, verifica-se, a zona urbana com a malha de xadrez, ruas definidas por quarteirões quadrados, largas avenidas e o conjunto de praças, delimitados pela Avenida do Contorno.

A Praça Sete de Setembro, marco zero da cidade, localiza-se no ponto de intersecção entre as duas grandes vias que se cortam perpendicularmente – a Avenida Afonso Pena e a Avenida Amazonas (Figura 2).

Em 2003, a praça foi revitalizada. Tornou-se acessível para portadores de necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida. Cada um dos quatro quarteirões foi identificado com um nome indígena, simbolizando quatro tribos

³ A obra de Teixeira (1999, p. 72), apresenta a ilustração da Planta Geral da Cidade de Minas, com a descrição dos quatro artigos que fazem referência à planta específica da cidade, em nível de detalhe: “ART. 1º - A planta da Cidade de Minas será desenhada na escala 1/4.000; ART. 2º - A sua área será dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene (...); ART. 3º - As praças, Avenidas e Ruas receberão denominações que recordem as cidades, rios, montanhas e datas históricas mais importantes, quer do próprio Estado de Minas Gerais, quer da União e, bem assim, os cidadãos que, por seus serviços relevantes, houverem merecido da Pátria Brasileira; ART 4º - Na mesma planta serão designados os lugares destinados para os edifícios públicos, templos, hospitais, cemitérios, parques, jardins, matadouros, mercados, etc.; e os quarteirões e lotes que convenha deixar reservados; (...)”.

indígenas que povoavam Minas Gerais: Krenak, Pataxó, Maxacali e Xacriabá. Verifica-se boa infraestrutura nos quatro quarteirões fechados. A praça tem boa iluminação pública e é monitorada por câmeras de segurança (projeto denominado “olho vivo”).

Apesar do descaso com o relevo e a hidrografia, durante o processo de implantação da cidade, a Praça Sete de Setembro apresenta boas condicionantes topográficas e infraestruturais, com bom aporte físico para o escoamento das águas pluviais; sendo ainda, um dos espaços públicos, com poucos impactos em dias chuvosos, em relação a outros espaços da cidade. O espaço livre público é amplo e bem dimensionado. O piso no interior da praça é concretizado e as calçadas têm bom estado de conservação.

A Praça Sete de Setembro é a praça mais dinâmica e popular da cidade. Sempre foi o lugar escolhido para manifestações culturais, políticas e sociais. No centro, encontra-se um “obelisco”, em formato de agulha, conhecido popularmente como “pirulito”, cuja origem foi descrita por Rabêlo (2013), em sua obra *Belo Horizonte: do arraial à metrópole – 300 anos de história*:

Com atraso de dois anos, em sete de setembro de 1924, foi inaugurado o Pirulito da Praça Sete, comemorativo do centenário da Independência. A pedra inteiriça, de sete metros de altura e 20 toneladas, tinha sido extraída e trabalhada no distrito de Capela Nova, hoje município de Betim, e trazida para a Capital pela antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas. [...] É hoje um dos símbolos de Belo Horizonte (RABÊLO, 2013, p. 79).

Os ajuntamentos (aglomeração de pessoas em protestos ou situações pacíficas de movimentos sociais, seguidas de passeatas) ocorrem, em geral, no espaço livre público da praça, em torno de seu principal símbolo, o “Pirulito da Praça Sete”, monumento histórico de representação política e sociocultural.

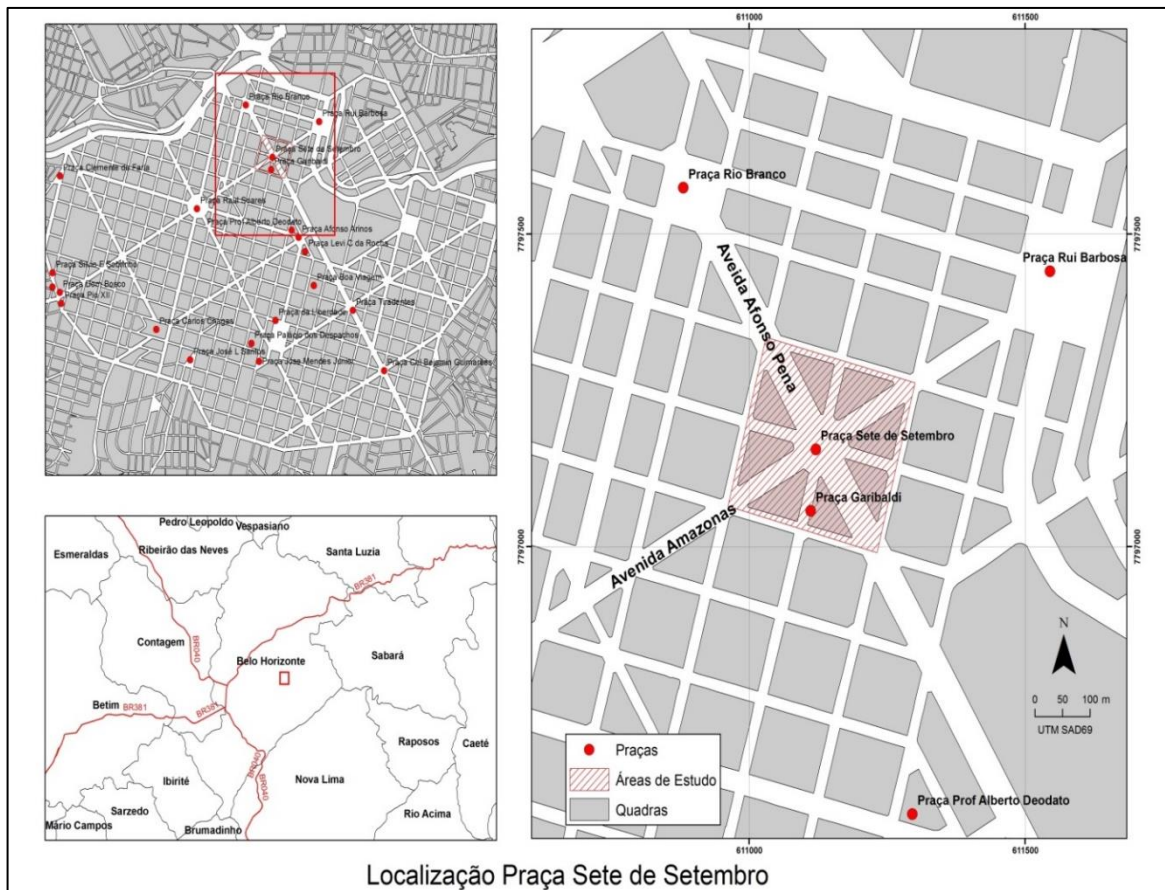


Figura 2: Praça Sete de Setembro – Centro de Belo Horizonte e Contexto Regional.
Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

USOS, OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO LIVRE DA PRAÇA SETE-BH

A partir das visitas de campo e da aplicação das técnicas de observação no espaço público analisado, verificou-se que na parte interna da praça há várias ofertas de serviços e vários pontos de vendas de produtos artesanais e artísticos. Cada vendedor delimita o seu espaço com as próprias mercadorias. Os espaços das lojas também têm sua própria delimitação, com vitrines e portas. A variedade de uso e a diversidade de produtos possibilitam práticas de atividades comerciais informais e formais, tanto no espaço livre público, quanto nos recintos particulares, localizados na praça.

Verifica-se, acervo de lojas de bolsas e calçados, roupas, perfumes, livrarias, hotel, bancos, bancas de jornal e revistas, floristas, artistas de rua, *fast food*, restaurante, relojarias, óticas, vendedores ambulantes. Nos bares, lanchonetes e restaurantes, há mobiliário como cadeiras e mesas, possibilitando o encontro e a reunião de pessoas, dentro dos estabelecimentos.

No espaço livre da praça, há grandes bancos de concreto, assemelhando-se a grandes rampas. Em horários comerciais, nunca estão vazios, mas com a presença marcante de jovens. Há pontos de internet gratuita, na praça. Esses pontos atraem grupos mais permanentes. Uma atividade pitoresca a observar é a prática de jogos de

xadrez, com muitos participantes, principalmente idosos. A atividade ocorre há bastante tempo, conforme foi esclarecido pelos participantes.

Em alguns momentos há música ao vivo, com bandas organizadas ao ar livre ou músicos e cantores independentes. Nesses momentos são criados ambientes culturais mais aconchegantes, com a presença de diversas classes.

Quanto à mobilidade – circulação e permanência de veículos e pedestres, a praça apresenta intenso tráfego de veículos e grande fluxo de pessoas. Mas o trânsito segue o seu curso normal em vias largas e bem sinalizadas com semáforos. Nas avenidas e ruas, ocorre o trânsito de ônibus, automóveis particulares e motocicletas. As faixas de pedestres e o rebaixamento de calçadas para cadeirantes possibilitam organizar o trânsito.

O fluxo é sempre intenso, formando aglomerações de passantes (transeuntes) durante todo o período de horário comercial. Percebe-se que são pessoas de várias classes sociais que cruzam as avenidas, fazendo desvio de caminho no interior da Praça Sete, para chegarem ao destino escolhido, em ruas próximas ou em lojas dos quarteirões fechados. A praça tem a mesma função dos calçadões, em determinadas cidades, onde se estabelece o ponto central do comércio popular, apesar da proximidade do Mercado Central e da existência de *Shoppings* muito bem frequentados, nas adjacências.

Nos horários de público intenso, a praça serve de corredor de passagem. Por ser, de grande extensão não ocorrem conflitos entre pedestres e veículos. Em dias úteis e em horários comerciais, o sentimento compartilhado é de pertencimento e segurança. A variedade de pessoas demonstra a animosidade da praça e a diversidade das relações sociais no cotidiano da praça. Nos momentos em que se permanece na praça, é possível conversar com vendedores, artistas, entrar em restaurantes e lanchonetes. Entretanto, em finais de semana e feriados, a sensação que se tem é de um completo abandono, tendo em vista a redução de circulação de pessoas e de trânsito de veículos.

A paisagem visual apresenta publicidades, com foco para a rede de lojas. Há, em alguns momentos, a entrega de folhetos de propaganda com oferta de serviços. Não há pichações e grafitismos preponderantes, talvez pelas características das edificações. Nas adjacências é possível visualizar algumas pichações, mas é algo que salta aos olhos. É possível fazer o estudo da arte urbana na praça, que se caracteriza pelo artesanato feito no próprio local de venda: colares, pulseiras, bijuterias em geral, com utilização de pedras, penas, linhas; bolsas, cintos, materiais de madeira e pequenos *suvenirs*, camisas com estampas, pinturas, flores artificiais, entre outros objetos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A metodologia aplicada, baseada nas técnicas de observação e na interação com os usuários da Praça Sete de Setembro, no centro de Belo Horizonte permitiu decifrar o que ocorre no comportamento aparente dessa cidade metropolitana. Ao observar de perto, os fenômenos urbanos mais comuns nesse espaço público, verifica-se a sua diversidade.

Foi possível perceber no espaço público analisado, que os usos de natureza densa e complexa se sustentam coletivamente, de forma mútua e constante, tanto na esfera econômica quanto sociocultural, complementando-se concretamente. Percebeu-se ainda, um convívio lúcido entre os usuários que se estabeleceram no lugar.

Conforme foi observado e confirmado durante as visitas de campo e entrevistas informais realizadas com alguns usuários da praça, verificou-se que eles se reconhecem como “artistas de rua” e não “camelôs” como os que estão “de fora”, os qualificam. Para esses artistas trabalhadores, a praça foi qualificada como “local de trabalho” e não “local de ócio”, como muitos transeuntes tentam classificar.

Em conversa informal, os entrevistados demonstraram que têm sentimento de pertencimento e zelam pela harmonia do lugar, apesar de reconhecerem que há, em determinados momentos, situações de conflito. No entanto, como declararam, são conflitos fáceis de resolver no cotidiano da cidade. Segundo eles, amizade e diálogo são muito importantes no convívio.

A aplicação dos procedimentos metodológicos na Praça Sete de Setembro e espaços adjacentes (área central e pericentral), baseada em técnicas de observação e entrevistas informais possibilitou:

- Identificar eventos com aglomeração e “ajuntamentos” humanos em festas esportivas, atos políticos e manifestações culturais;
- Observar detalhes arquiteturais, acessibilidade de veículos, pedestres, mercadores e feirantes, eventos culturais, artistas de rua, espaços de conversa, aglomeração de pessoas, equipamentos físicos localizados na praça, setores de comércio formal e informal, lojas, bancos e bancas de jornal e revistas, entre outros aspectos relacionados à ambiência do espaço livre público;
- Qualificar atividades individuais e coletivas do cotidiano, percebendo o efeito da animosidade e da dinâmica da praça em relação à sensação térmica, os ruídos, a iluminação do ambiente, o aumento de pessoas em horário de “pico”, tanto no rito de passagem e travessia de ruas, quanto em relação à permanência;
- Verificar a viabilidade da ordem e segurança, a infraestrutura básica oferecida: equipamentos urbanos, oferta de serviços de manutenção da limpeza, percursos e tráfego nas ruas próximas ao cruzamento principal e na criação de “atalhos ou desvios” no caso específico dos pedestres, execução de obras e outras formas de logística.

Foi possível observar a esfera pública do espaço escolhido para a análise, pois as condições físicas, sociais e humanas permitiram a aplicação das técnicas utilizadas. Nos primeiros contatos de observação não houve a intenção de ficar por muito tempo no local.

O objetivo foi perceber o ambiente de forma geral: sentir os ruídos de fundo; verificar entradas e saídas da praça; movimento nas ruas e praças adjacentes; identificar passantes, feirantes, jovens que permanecem no local, em grandes bancos de acesso, onde assentados, comunicam via internet, usando celulares; idosos que utilizam os quarteirões fechados para a prática de jogos de xadrez; movimento de

lojas, bancos, bancas e feiras, situação do trânsito em horários de “pico”, condições das vias e reação das pessoas no ambiente.

Durante a observação direta, interativa e participante, o tempo de permanência na praça foi de quatro horas (das 10 às 14 horas), intercalando observação direta e caminhada nas áreas central e pericentral da cidade, com paradas de observação e entrevistas informais. O período de transição entre manhã e tarde favoreceu a realização das entrevistas e propiciou segurança para permanecer no local, tendo em vista o número diversificado de pessoas em circulação.

A observação participativa facilitou a comunicação interativa com as pessoas que convivem, frequentam ou trabalham na praça. A realização de entrevistas informais objetivou compreender o que os usuários pensam, sentem, fazem, conhecem, acreditam e esperam do espaço público. O critério de escolha teve como focos, a ocupação (formal ou informal) e a percepção dos entrevistados, sobre o espaço analisado, na tentativa de responder as questões problematizadoras (Quadro 1).

A participação foi voluntária, dando voz aos (às) participantes, mas assegurando o sigilo (não exposição de pessoas). Para captar de forma imediata, a percepção do entrevistado sobre usos e ocupação do espaço público e sua influência no cotidiano da cidade, o tempo de duração da entrevista foi de no máximo, 10 minutos.

Como foi verificado na síntese apresentada (Quadro 2), a observação direta participante e as entrevistas informais possibilitaram conhecer melhor o espaço público que se pretendeu analisar. Além da percepção espacial e da comunicação com as pessoas, a vivacidade e a dinamicidade produzida no ambiente da praça, nas ruas e avenidas próximas, no tráfego intenso, no intercâmbio de ideias e na troca de experiências humanas, sociais e culturais foram plenamente percebidas. A amizade entre os vendedores e a harmonia da comunicação com seus clientes e com as pessoas que passam pela praça e escolhem as mercadorias comprovam sentimentos de reciprocidade e compartilhamento do mesmo espaço público. A existência de grupos sociais distintos dinamiza o espaço, determina a animosidade da praça e manifesta valores socioculturais diferentes.

Constatou-se, por meio da metodologia aplicada, que as condições físicas propiciam e condicionam o comportamento nos ambientes e estão relacionadas a diversos aspectos: circulação de pedestres em direções calculadas antecipadamente; circulação de mercadorias e armazenamento; ponto de encontro entre o comércio informal e formal; ponto de encontro entre grupos e “tribos sociais” diferentes; possibilidade de criação da arte cultural urbana; multifuncionalidade do espaço de convivência e de formação sociocultural no cotidiano da cidade.

A seguir, são apresentados alguns dados e informações relevantes sobre os entrevistados (Quadro 2).

Quadro 2 – Observação Direta Participante e Entrevistas Informais

Entrevistados (as)	Percepção do Espaço	Informações Relevantes
--------------------	---------------------	------------------------

Três Trabalhadores Itinerantes:	Fácil acesso	Espaço percebido e vivido socialmente possibilita diálogo com pessoas diversas
Taxistas (2)	Diversidade de oferta de serviços	
Funcionário de limpeza urbana (1)	Sentimento de pertencimento ao lugar	Proximidade entre pessoas permite humanizar o espaço e interagir com segurança
Cinco Artistas:	Inspiração para criar (confeccionar e oferecer os próprios produtos)	O ritmo da vida social em espaço coletivo facilita a esfera pública e o exercício da cidadania
Caricaturistas (2)	Liberdade para comercializar	
Artesão (1)	Lugar de trabalho	Espaço vivido permite sentir a sinestesia e/ou sinergia do lugar
Artesã (1)	Proximidade com as pessoas de classes sociais diversas	Analisar a condição da sociabilidade na cidade permite identificar trocas culturais
Pintor de estampa em camisa (1)	Segurança (local monitorado por câmeras)	É possível verificar o ritmo social cotidiano e conhecer a vida urbana em suas diversas faces
Dois Comerciantes	Animação e diversidade cultural	
Atendente de lanchonete (1)	Ponto de encontro e lazer	Condições físicas e qualidade ambiental influenciam o comportamento social
Atendente de loja de bolsas artesanais (1)	Movimentos políticos e sociais	
Cinco Transeuntes	Insegurança em situações de conflitos	
(Pessoas que passavam pela praça)		
Total: 15		

Fonte: Elaboração de Mariza Ferreira da Silva (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou a análise exploratória do recorte espacial, caracterizado pelo espaço livre público da Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte, Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. Tratou-se de uma abordagem mais globalizante e ofereceu elementos analíticos de percepção e compreensão do conceito de cidade, que vai além de um sistema de redes.

As áreas construídas de habitação, a realização de práticas comerciais, políticas, religiosas e socioculturais desenvolvidas nas ruas, nas praças e em equipamentos públicos de uso coletivo, dão sentido dinâmico ao âmbito físico da cidade. No caso específico de Belo Horizonte, uma das importantes metrópoles brasileiras, percebe-se um volume significativo de práticas diversas de uso do solo urbano, cada vez mais diversificadas e especializadas, contendo equipamentos de grande porte técnico, social e econômico.

Esse espaço de trocas, constituído pelo poder de oferta e procura caracteriza-se como um dos elementos definidores do mercado de consumo, sendo gerenciado ou não, pelo poder público. Uma das mais sofisticadas faces desse mercado é a especulação imobiliária, com vistas a empreendimentos que conjugam habitação, lazer, setores de serviços e negócios, combinando moradia e escritório como forma de trabalho, no mesmo espaço urbano.

Nas praças centrais das metrópoles contemporâneas, em geral climatizadas, bem iluminadas, arborizadas e rodeadas de bancos, a ideia que, provavelmente, se tenta passar ao planejá-las, é de sentimento de conforto e tranquilidade. No entanto, ao permanecer por um tempo maior nessas praças é possível verificar que essa ideia é ilusória e até assustadora, por concentrar diversos problemas urbanos, na reconhecida “selva de pedra” e em pleno coração da cidade.

Na área central de Belo Horizonte, como nos demais centros das metrópoles brasileiras, verifica-se problemas similares, incluindo ainda o desconforto, a insegurança e o medo. É um desafio diário de convivência com a multiplicidade de práticas de vandalismos, poluição sonora e atmosférica, tráfego intenso e agitação do mercado empreendedor.

De acordo com a análise de diversos autores que estudam as cidades contemporâneas, o espaço público das metrópoles deveria ser entendido como articulador do tecido urbano regional e metropolitano e como elemento de coesão e de potencial humano: lugar de encontros, práticas de liberdade e conquistas de direitos de cidadania. Esse espaço deveria oferecer oportunidades de desenvolvimento social. No entanto, a população enfrenta desafios sociais, políticos e jurídicos para lidar com as políticas de erradicação da discriminação, vulnerabilidade e marginalidade cultural.

O consumo constante, no espaço público da cidade, delimitado pelas zonas econômicas do sistema capitalista de comércio e mercadorias vincula-se aos processos de propagação da globalização e da cultura de massa. Essa realidade gera a perda da ligação com o lugar, favorecendo a proliferação de zonas de exclusão, num espaço urbano cada vez mais conflituoso e difuso.

Paradoxalmente, é possível vislumbrar várias formas de se obter qualidade de vida urbana, conforto e bem-estar, pois o próprio progresso desenvolvimentista ofereceu essa outra face do capitalismo, com descobertas e inventos que facilitam a vida do próprio trabalhador. O convívio social no espaço público oferece benefícios e fortalece as culturas de base, tanto em relação ao ajuntamento de pessoas em práticas coletivas formais, quanto em relação à criatividade e à inventividade do cotidiano da vida pública informal. A dinâmica funcional dos usos dos espaços públicos pode expressar a vitalidade socioeconômica das cidades e facilitar o contato humano na troca de animosidade.

AGRADECIMENTO

Agradeço em especial, ao Arquiteto e Prof. Pós-Dr. Alessandro Filla Rosaneli que ministrou a disciplina “O Espaço Público da Metrópole Contemporânea”, durante o meu Curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Paraná, que gentilmente, indicou as referências bibliográficas e o roteiro básico para a elaboração do trabalho prático, que originou o presente artigo.

Agradeço a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão de Bolsa de Doutorado, por mérito, na Universidade Federal do Paraná (2015-2019).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, T. F. R. *Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. (Tese de Doutorado em História). Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Minas Gerais. 2006.

AGUIAR, T. F. R. *Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas: a Planta Topográfica e Cadastral da área destinada à Cidade de Minas e o trabalho da Comissão Construtora da Nova Capital*. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-MG – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. SEÇÃO MINAS GERAIS. 24 A 27 de Julho de 2012. Mariana-MG.

ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. *Os Métodos Qualitativos*. Tradução de Luis Alberto S. Peretti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ALEX, S. *Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público*. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC. 2011.

APCBH – *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*. Disponível em <http://www.acervoarquivopublico.pbh.gov.br>. Acessado em: 05/12/2020.

APM – *Arquivo Público Mineiro*. Disponível em www.siaapm.cultura.mg.gov.br. Acessado em: 05/12/2020.

BORJA, J.; MUXÍ Z. *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona. Ed. Electa. 2000.

CANEVACCI, M. *A Cidade Polifônica: ensaio sobre a arqueologia da comunicação urbana*. Tradução de Cecília Prada. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel. 2004 – (Coleção Cidade aberta).

CARMONA, M. Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique. In: *Journal of Urban Design*, v. 15. n. 1, Fev. 2010, p. 123–148.

CAVALCANTE, S; ELIAS, T., F. Apropriação. IN CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (Org.). *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2011. Cap. 5, p. 63-69.

CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.

DUARTE, C. R.; VILLANOVA, R. (Org.). *Novos Olhares Sobre o Lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia*. Rio de Janeiro: *Contra Capa*; FAPERJ. 2013.

GEHL, J. *La humanización del espacio urbano*. La vida social entre los edificios. Barcelona: Editorial Reverté, 2009.

GHIRARDO, Diane. *Arquitetura Contemporânea: uma história concisa*. Tradução: Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Martins Fontes. 2002 – (Coleção a).

GOFFMAN, E. *Comportamento em Lugares Públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues da Silva. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Coleção Sociologia.

GOMES, M. C. A. *Mapas e Mapeamentos, Dimensões Históricas: políticas cartográficas em Minas Gerais*. Tese de Doutorado em História. UFMG. 2005.

GOMES, M. C. A. Relatos, esboços e cadernetas de campo: objetos cartográficos entre a materialidade e a invisibilidade. In: Terra Brasilis (Nova Série). *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*. 8 | 2017 Dossiê “5º Congresso Brasileiro de Geografia – 100 anos”; <http://journals.openedition.org/terrabrasilis2058>. Acessado em: 29/12/2020.

GOMES, P. C. C. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

HALL, E. T. *A Dimensão Oculta*. Tradução: Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes. 2005 – (Coleção a).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativa de População*. 2020.

JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. Revisão da Tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro. Revisão Técnica: Cheila Aparecida Gomes Bailão. 3ª ed. 2011. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 3ª Tiragem: 2014 – (Coleção Cidades).

LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 3ª ed. 2011. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 3ª Tiragem: 2014 – (Coleção Cidades).

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro Moura. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2011.

MHAB – *Museu Histórico Abílio Barreto*. Coleção Comissão Construtora da Nova Capital. Disponível em www.eravirtual.org/museu-historico-abilio-barreto/. Acessado em: 29/12/2020.

PALLASMAA, J. *Os Olhos da Pele: a arquitetura e os sentidos*. Tradução Técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Comissão Construtora da Nova Capital de Minas* (17.02.1894 – 03.01.1898). Inventário Analítico (Acervo Acumulado Pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte). Secretaria Municipal de cultura. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Serviço de Arquivos Permanentes. 1996. Versão Revisada em 1999.

RABÊLO, J. M. *Belo Horizonte: do arraial à metrópole – 300 anos de história*. Belo Horizonte: Editora Graphar/Le Graphar – Livraria e Editora. Ouro Preto – MG. 2013.

RAPOPORT, A. *The meaning of the built environment: A nonverbal communication approach*. The University of Arizona Press. 1990.

ROSANELI, A. F. Roteiro Básico Para Elaboração do Trabalho Prático. In: Seminário Temático III: *O Espaço Público da Metrópole Contemporânea*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia [Curso de Doutorado]. Universidade Federal do Paraná. 2015.

SALGUEIRO, H. A. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Editora FJP – Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. 1997. (Coleção: Centenário). Disponível em <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br>. Acessado em: 29/12/2020.

SARLO, B. *A Cidade Vista: mercadorias e cultura urbana*. Tradução: Monica Stahel. Revisão Técnica: Ana Luiza Nobre. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2014 – (Coleção Cidades).

SCHAFER, R. M. *O Ouvido Pensante*. Tradução de Marisa Trench de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva e Maria Lúcia Pascoal. Revisão Técnica de Aguinaldo José Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP. 2011.

TEIXEIRA, C. M. *Em Obras: História do vazio em Belo Horizonte*. São Paulo: Cosac & Naify Edições. 1999.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983 (1977).